

1 PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO MÉDIO RIO
2 GRANDE.
3 Ata da 3ª Reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio
4 grande – GD7, realizada em 13 de junho de 2019.

5 Em 13 de junho de 2019, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes
6 Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, na Câmara Municipal de Cássia, Praça Barão de Cambuí,
7 199, Centro – Cássia – MG. Compareceram os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes -
8 **Representantes do Poder Público Estadual:** Tenente Eurípedes Teófilo de Souza (S) – Rep.
9 PMMG, Maria de Lourdes Amaral Nascimento (S) – Rep. IGAM, Lilian Messias Lobo (S) – Rep.
10 SEMAD, Suelen Daiana Oliveira Canela (T) – Rep. SES, Juraci Júnior de Oliveira (T) – Rep.
11 EPAMIG, Mário Aparecido Amaral (S) – Rep. EPAMIG - **Representantes do Poder Público**
12 **Municipal:** Cleiton Vitoriano de Oliveira (T) – Rep. PM de Ibiraci, Alvim Alves Garcia (S) – Rep.
13 PM de Ibiraci, Osmany de Paula Campos Sobrinho (T) – Rep. PM de Jacuí, Luiz Campos Netto
14 (T) – Rep. PM de Itaú de Minas, Marcos Geovany Amorim (S) – Rep. PM de Itaú de Minas,
15 Gabriel Neri Cruz Novais (T) – Rep. PM S.S. Paraíso, Mauro Marcelo Correia (T) – Rep. PM de
16 Bom Jesus da Penha, Lucas Horta Maia (T) – Rep. PM de Fortaleza de Minas - **Representantes**
17 **de Usuários de Recursos Hídricos:** Laene Fonseca Vilas Boas (T) – Rep. FIEMG, Cláudio Gomes
18 de Barros (T) – Rep. SINDPASSOS, Andrey Alux Bordini (S) – Rep. SINDPASSOS, Ronaldo Nunes
19 da Silva (T) – Rep. SAAE Passos, Pedro Abelardo Martins dos Santos (S) – Rep. SAAE Passos,
20 Bruna Dias dos Santos (S) – Rep. VOTORANTIM CIMENTOS, Alexandre Gonçalves Fonseca (T) –
21 Rep. Furnas Centrais Elétricas, Luiz Sérgio Marques (T) Rep. COOPARAÍSO, Francisco Pereira
22 Landi (S) – Rep. COOPARAÍSO, Domingos Inácio Salgado (T) – Rep. SINDCÁSSIA –
23 **Representantes de Entidades da Sociedade Civil:** André Luiz Rodrigues (T) – Rep.
24 SINDEFURNAS, Eduardo Goulart Collares (T) – Rep. UEMG, Tereza Cristina de Faria Krauss
25 Pereira (T) – Rep. CREA-MG, Célio Bertelli (T) – Rep. PROBRIG, José Limonti Junior (S) – Rep.
26 PROBRIG. **Visitantes:** Laís Costa Campos – PM de Jacuí, Rodrigo S. Valente – Câmara Cássia,
27 Luciano José Barreto – Vereador Cássia, Ciro Antonio de Oliveira Costa – Vereador de Cássia,
28 Lívia Presoto – Votorantim, Robson Augusto Domingos - PMMG, Silzani Soares Lopes – SAAE
29 Passos, Maurício Mayor – CODEMA de Ibiraci, Francisco P. Brandão Neto – Vereador de Ibiraci,
30 Luiz Adriano de Souza – Presidente da Câmara de Cássia, Vitor Luís Londe Ferreira – UEMG,
31 Aline Paula Clemente – UEMG, Maria José Reis – UEMG, Andressa Graciele dos Santos –
32 UEMG, Conceição Aparecida da Silva – Vice-prefeita de Cássia. **Assuntos em Pauta: Item 01 -**
33 **Abertura pelo Presidente do CBH GD7 e verificação de quórum** – André (Presidente CBH GD7)
34 convidou a Vice – prefeita Conceição Aparecida da Silva para fazer seus pronunciamentos.
35 Conceição (vice-prefeita) cumprimentou a todos e agradeceu pela presença, colocou-se a
36 disposição. André (Presidente CBH GD7) convidou para fazer seus pronunciamentos o
37 presidente da Câmara Municipal de Cássia o vereador Luiz Adriano de Souza. Luiz (Presidente
38 da Câmara) recebeu a todos com satisfação, cumprimentou a todos os presentes e agradeceu
39 por poder contar com mais um parceiro para as demandas referentes ao meio ambiente.
40 André (Presidente CBH GD7) agradeceu as palavras e colocou-se a disposição através do CBH
41 GD7 nas atividades que envolvem os recursos hídricos. André deu andamento na pauta
42 passando a palavra para secretaria Laene. **Item 02 – Leitura do expediente e das**
43 **comunicações da ordem do dia** – Laene fez a leitura do expediente do dia. Reforçou sobre a

44 recusa por parte do IGAM de aprovação da deliberação de alteração do regimento interno por
45 falta de quórum. **Item 03 – Leitura e aprovação da Ata de Reunião do dia 15/02/2019 –**
46 **Conselheiro Ronaldo (SAAE Passos), pediu retificação no item que falava sobre cobrança de**
47 **taxas no tratamento de esgoto. A alteração foi registrada conforme solicitação do**
48 **representante. Sem mais comentários, houve dispensa da leitura da ata e aprovação com a**
49 **retificação solicitada pelo conselheiro Ronaldo (SAAE Passos). **Item 04 – Apresentação****
50 **“Atuação da Polícia Ambiental” – PMMG – Houve inversão de pauta em concordância com**
51 **demais conselheiros por falta de quórum qualificado. Tenente Teófilo iniciou a explanação**
52 **sobre responsabilidade territorial dos grupamentos, pelotão, sede, municípios de atuação. O**
53 **2º pelotão faz parte de 5 GPs - 1º GP – sede em Passos – municípios de atuação (Bom Jesus da**
54 **Penha, Fortaleza de Minas, Itaú de Minas, Jacuí, Passos, Pratápolis, São João Batista do Glória,**
55 **São José da Barra, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino) – 2º GP – sede em Carmo**
56 **do Rio Claro – municípios de atuação (Conceição da Aparecida, Alpinópolis, Carmo do Rio**
57 **Claro, Nova Resende) – 3º GP – sede em Cássia – municípios de atuação (Delfinópolis,**
58 **Capetinga, Ibiraci, Cássia, Claraval) – 4º GP – sede em Piumhi – municípios de atuação**
59 **(Capitólio, Doloresópolis, Piumhi) – 5º GP – sede em São Roque de Minas – municípios de**
60 **atuação (São Roque de Minas e Vargem Bonita). Distribuição geográfica do 2º PEL MAMB.**
61 **Explicou que a SEMAD tem um monitoramento contínuo que atua em conjunto com a PMMG**
62 **através das denúncias, além da SEMAD, tem o Ministério Público e as denúncias pessoais.**
63 **Cabo Robson (PMMG), informou que cada grupamento comporta de 5 (cinco) a 7 (sete)**
64 **policiais, explanou sobre caracterização operacional, municípios atendidos, extensão territorial**
65 **(km²), população atendida. Passos contém 10 (dez) municípios atendidos, 4.640 km² de**
66 **extensão territorial e 223.119 hab. Carmo do Rio Claro contém 4 (quatro) municípios**
67 **atendidos, 2.171 km² de extensão territorial e 61.661 hab. Cássia contém 5 (cinco) municípios**
68 **atendidos, 3.130 km² e 46.237 hab. Piumhi com 3 (três) municípios, 1.577 km² e 41.510 hab e**
69 **São Roque de Minas com 2 (dois) municípios, 2.507 km² e 8.239 hab. A área alagada em cada**
70 **sede - Passos 98,88 km², Carmo do Rio Claro 194 km², Cássia 190 km², Piumhi 46,26 km² São**
71 **Roque de Minas 0 km². Foi apresentado a produtividade em 2018 nos 5 GPs. Explanou sobre a**
72 **fiscalização integrada, onde são fiscalizados de forma cuidadosa o conjunto da atividade, por**
73 **exemplo, uma indústria de lavagem de roupa, tem a questão da poluição, a questão do**
74 **tratamento, da captação de água, conferindo a questão da compatibilidade da atividade. Sobre**
75 **o recurso hídrico no ponto de vista administrativo e criminal em relação à poluição, corrupção**
76 **de corpos d’água, para se caracterizar crime no caso de corpo hídrico seria no caso de**
77 **corrupção, por exemplo, as empresas de saneamento apesar de estarem dentro da legislação,**
78 **constata o lançamento de efluentes. A polícia ambiental é um setor específico na questão de**
79 **preservação da fauna, flora e recursos naturais. Trabalham a questão de educação ambiental,**
80 **focando nas comemorações nas datas comemorativas, como o dia da árvore, do meio**
81 **ambiente e da água. Na questão dos recursos hídricos chama a atenção no período de seca,**
82 **em agosto e setembro, onde há conflitos em represamento, captação em nascentes. André**
83 **(presidente CBH GD7) agradeceu a apresentação da policia ambiental, e prosseguiu com a**
84 **pauta. **Item 05 - Deliberação de Alteração no Regimento Interno, conforme DN CERH – MG****
85 **nº 52/2016, e conforme a DN CERH – MG nº 60/2018 – Deliberação aprovada com quórum de**
86 **22 instituições presentes. **Item 06 – Apresentação do Controle de Faltas dos conselheiros –****

87 Controle de faltas foi enviado anteriormente à reunião e apresentado para todos os
88 conselheiros na reunião ordinária. **Item 07 – Apresentação do Plano Diretor da Bacia – IGAM**
89 – André (Presidente do CBH GD7) ressaltou a importância do plano diretor da bacia e das
90 facilidades que trará para implementar as ações do CBH GD7. Será o instrumento de gestão
91 facilitador para utilização do FHIDRO e realizações de projetos. Maria de Lourdes (IGAM)
92 cumprimentou a todos, se apresentou como Gerente da Gerência de planejamento de
93 recursos hídricos do IGAM, onde trata da elaboração e implementação dos planos diretores e
94 também do enquadramento dos corpos de água. Explicou sobre a questão de outorga, toda
95 outorga estava sendo analisada pela secretaria de meio ambiente (SEMAD), desde o início do
96 ano a outorga esta sendo transferida para o IGAM, fala-se em outorga solteira e outorga
97 casada, a outorga solteira é aquela que é desvinculada do licenciamento, essa outorga esta
98 sendo analisada pelo IGAM e não mais pela SEMAD, a outorga vinculada ao licenciamento
99 ainda esta sendo analisada pela SEMAD, mas também irá ser transferida para o IGAM.
100 Destacou a importância das reuniões serem realizadas na Câmara Municipal envolvendo os
101 vereadores e municípios no conhecimento do plano diretor da bacia, para que haja
102 consonância com os planos diretores dos municípios. Todo material será encaminhado pela
103 secretaria a todos os conselheiros para análise e estudos. O GD7 e GD8 não possuem o plano
104 diretor, então ele é a base para que possamos implementar os outros instrumentos,
105 principalmente a cobrança. É um requisito básico que haja o plano diretor no comitê para ter a
106 cobrança. O plano foi elaborado no âmbito do plano integrado dos recursos hídricos da Bacia
107 do Rio Grande, sendo elaborado um plano federal pela Agência Nacional de Águas, e fez dois
108 cadernos e um plano de ação de recursos hídricos. A Conselheira Tereza Cristina (CREA-MG)
109 comentou que houve uma reunião do CBH no UAITEC em São Sebastião do Paraíso, que fez
110 parte da confecção do plano, pois o pessoal da ANA foi e fizeram algumas oficinas sobre o
111 trabalho com o Grande Minas. Collares (UEMG) complementou sobre o assunto, que não
112 houve participação como entidade na elaboração do plano diretor, o que aconteceu foram
113 duas situações, uma foi solicitado por eles os dados de zoneamento ambiental para poder
114 utilizar no plano, no início, para o plano integrado do CBH federal, então reuniram umas 2
115 vezes na UEMG e disponibilizaram o material. A outra situação foram as oficinas que como eles
116 foram a todos os comitês vieram no GD7. Lourdes (IGAM) comentou que para a elaboração
117 foram realizadas oficinas, houve grupo de trabalho, muitas reuniões. Conselheiro Luiz Sérgio
118 (COOPARAÍSO) comentou que foi deixada muito de lado essa questão do trabalho do Grande
119 Minas, um trabalho muito bem feito, foi feito convênios, foi gerado um banco de dados, e na
120 hora que foram elaborar foi deixado de lado o trabalho. Lourdes (IGAM) seguiu com a
121 apresentação, explicando as etapas, que o plano de bacia é composto pela etapa de
122 diagnóstico, prognóstico, plano de ação e relatório final e resumo executivo do plano. Quando
123 se tem o plano de bacia e o enquadramento, então o diagnóstico preliminar do
124 enquadramento e o programa de efetivação do enquadramento também entra como produtos
125 a serem elaborados. No caso do GD7 como não foi elaborado o enquadramento, então as
126 etapas foram diagnóstico, prognóstico, plano de ação e resumo executivo. Foi feito o
127 diagnóstico, coleta de dados, caracterização temática, uso do solo, hidrologia, qualidade da
128 água, uso da água, análise do arranjo institucional, planos e programas que estavam em
129 desenvolvimento no momento, e assim foi elaborado o diagnóstico integrado. Depois foi feito

130 a etapa do prognóstico, foram montados cenários econômicos, de demandas e disponibilidade
131 hídrica e cenário de balanço hídrico. Após a formação desses cenários, foi elaborado o plano
132 de ação. Diante do diagnóstico e prognóstico, foram questionadas quais ações necessárias
133 para serem implementadas e desenvolvidas. Foi estudado o aperfeiçoamento do arrancho
134 institucional, para temas estratégicos, recomendações para setores usuários, agregados nos
135 programas e metas e ações de investimento. O primeiro passo após a elaboração do Plano
136 pela ANA foi elaborar o manual operativo, pegou-se todas as ações prioritárias, necessárias a
137 serem desenvolvidas de imediato em curto prazo e foi elaborado esse manual operativo com
138 valores e atores envolvidos e prazo. Então alguns dados foram apresentados, como a área do
139 GD7 de 9.829 km², 7% da bacia do Rio Grande, 18 municípios com sede na bacia, 313.000
140 habitantes, 87% urbana, Passos e São Sebastião do Paraíso compreende 55%, principais
141 afluentes na GD7: Rio das Canoas e Rio São João. Pluviometria 80% das chuvas no verão. Solo
142 presença de latossolos vermelhos, argissolos V/A, cambissolos e plintossolos. Erosões e
143 intensidades variadas de 1-5, 6-10, 11-25, 26-40, 41-82. Aquíferos Xistoso 47%, Gnáissico-
144 granítico 14%, quartzítico 12%, guarani 9%. A ampliação de abastecimento foi diagnosticada
145 em: Alpinópolis, Bom Jesus da Penha, Claraval, Itamogi, Jacuí, Pratápolis, São José da Barra,
146 São Pedro da União, São Tomas de Aquino. Os índices de tratamento de esgoto, em algumas
147 sedes porcentagens baixas, como Claraval, Delfinópolis, Ibiraci, Cássia, Pratápolis, São Tomas
148 de Aquino, Fortaleza de Minas, São Sebastião do Paraíso, Itáu de Minas, Itamogi e Jacuí. Uso
149 do solo, cerrado, mata atlântica, área edificada, pivôs centrais, café, cana-de-açúcar, milho ou
150 soja, citrus, silvicultura, agropecuária, pastagens. Disponibilidade hídrica ($Q_{7,10}$): UHE Marechal
151 Mascarenhas de Moraes - $Q_{lago} = 234 \text{ m}^3/\text{s}$, UHE Estreito - $Q_{lago} = 253 \text{ m}^3/\text{s}$. Maior
152 disponibilidade com 288,3 m³/s e menor disponibilidade com 10,3 m³/s. Na conceituação dos
153 cenários foram conceituados os cenários: tendencial, acelerado, moderado e contingência.
154 Para esses cenários foram levados em conta os setores usuários impactados: abastecimento
155 urbano, abastecimento rural, dessedentação animal, abastecimento industrial, mineração,
156 agricultura irrigada. Com isso foi elaborado o balanço hídrico quantitativo e qualitativo
157 superficial e subterrâneo. O plano de ações foi montado por finalidades de longo prazo,
158 componentes estratégicos, cada componente com seu objetivo e metas e meios para que as
159 ações sejam implementadas. As finalidades de longo prazo tiveram três componentes, foram
160 eles: sustentabilidade hídrica da bacia do rio grande e sustentabilidade operacional do PIRH –
161 Grande com componentes estratégicos, são eles: instrumentos de gestão dos recursos
162 hídricos, conservação dos recursos hídricos, governança. No componente instrumento de
163 gestão dos recursos hídricos os objetivos são: - ampliar a regularização dos usos dos recursos
164 hídricos; - revisar critérios técnicos de outorga; - fiscalizar os usos dos recursos hídricos; -
165 realizar processos de alocação de usos da água por UGH; - proceder ao
166 enquadramento/reenquadramento dos corpos d'água; - implementar a cobrança pelo uso dos
167 recursos hídricos em toda bacia; - implementar o Sistema de Informações; - atualizar o PIRH-
168 Grande e os planos das Bacias Afluentes. No componente Conservação dos Recursos Hídricos
169 os objetivos são: - compatibilizar os balanços hídricos quantitativos; - compatibilizar os
170 balanços hídricos qualitativos; - revisar e atualizar a rede de monitoramento de recursos
171 hídricos; - apoiar a solução de passivos ambientais associados aos recursos hídricos; - fomentar
172 a conscientização da população para conservação dos recursos hídricos. No componente

173 Governança os objetivos são: - implantar a Agencia de Bacia; - acompanhar a implementação
174 do PIRH-Grande; - Fortalecer os Comitês de Bacia. Esta sendo discutida no IGAM a questão do
175 fortalecimento dos Comitês, o funcionamento efetivo é muito importante. O plano de ação
176 esta estruturado com o objetivo, metas e prazos, cada componente terá seus objetivos suas
177 metas e prazos. Por exemplo, o componente Instrumento de Gestão dos Recursos Hídricos,
178 objetivo; implementar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia – Metas: 1 –
179 Formalizar a instalação de grupo de trabalho para discutir o processo da cobrança - Prazo:
180 curto; 2 – Aprovar e implementar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia
181 hidrográfica – Prazo: médio/longo; 3 – Realizar estudo de mecanismos de cobrança pelo uso
182 dos recurso hídricos diferenciados por setor usuário – Prazo: médio. Os recursos financeiros
183 são separados por componentes, possuem as estimativas de todos os programas de ações.
184 Outros temas também são elencados no plano, como recomendações para a Efetiva
185 Participação dos Setores Usuários nos Colegiados Gestores e na Futura Agência de Bacia; para
186 o Setor da Irrigação e Agropecuária; para o Setor de Saneamento; para os Usuários
187 Industriais; para o Setor Energético; para os Setores de Pesca, Turismo e Lazer; caminhos para
188 a implementação e monitoramento do PIRH Grande. O manual operativo foi feito no âmbito
189 do plano federal da bacia, mas pode-se fazer um manual operativo para o GD7. Cada meta tem
190 o responsável e a partir disso têm-se as ações para cada um. São vários atores envolvidos, nem
191 sempre a solução da ação está no comitê de bacia, às vezes uma parte se resolveria em
192 plenária do comitê e outra iria para o IGAM. Questão de legislação, normas, regras, então nem
193 sempre será o comitê que irá cuidar e solucionar as ações a serem solucionadas. Diante do
194 plano de ação, do diagnostico, prognostico sugerido pela ANA, o comitê vai priorizar as ações,
195 e vão ver o que é necessário para elaborar os projetos para cada problema, ação que deverá
196 ser feita. Há uma discussão no Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, sobre o plano de
197 bacia, sobre a forma de efetivação, são elaborados, mas não são implementados. Os planos
198 muitas das vezes não são implementados por falta de recurso. Um dos recursos é a cobrança, e
199 tem também parcerias. Collares pronunciou na questão do uso do recurso, pode usar a
200 cobrança e outros canais com parcerias, mas a questão pelo que foram apresentadas as ações
201 são amplas e mais genéricas, quando-se tem o recurso da cobrança, visar em termos do que
202 vai efetivar primeiro, mas também em termos espaciais, por exemplo, tem que efetivar a
203 recuperação de nascentes, mas vai efetivar onde em que situações? Em alguns eventos foram
204 discutidos com o pessoal da ANA, onde ela hoje não preocupa mais com diagnóstico, ela
205 prefere dar prioridade para estabelecer o caderno de ações e manual operativo, quando
206 chegar à mão do comitê e ter o recurso, temos que saber onde vai aplicar, tem que ter no
207 próprio plano um diagnóstico específico em uma escala adequada. Há o instrumento que pode
208 ser usado que é o zoneamento ambiental, ele fragmentou a bacia do Rio Grande em 1607
209 unidades ambientais, ou seja, em 1607 microbacias, para cada uma temos diagnósticos e
210 estabelece os principais problemas das unidades e também as ações que podem ser
211 implementadas em cada unidade. Collares perguntou como podemos fazer o link do projeto
212 de zoneamento, que inclusive foi financiado pelo FHIDRO, e que deve ser efetivado? Ronaldo
213 (SAAE) ressaltou que o SAAE é totalmente a favor da cobrança do uso, sabendo da
214 necessidade, temos inserido na nossa bacia, juntamente com a ANA nosso projeto Produtor de
215 Água, onde na primeira etapa a ANA disponibilizou 1 (um) milhão, onde o SAAE já utilizou

216 quase 1 (um) milhão na implementação, e está disponibilizando mais 2 (dois) milhões anuais, o
217 SAAE esta investindo 7 (sete) milhões no tratamento de esgoto na melhoria e ampliação, e
218 todos esses recursos é através de tarifa, onde os usuários já pagam essas tarifas, acreditamos
219 que esses 7 (sete) milhões esse ano não atingir a totalidade final da estação de tratamento,
220 futuramente esses projetos da bacia que estão em andamento terão uma ajuda depois de
221 implementado a cobrança ou correrá independente? Maria de Lourdes (IGAM) esclareceu que
222 antes as empresas focavam em fazer um diagnostico extenso, maciço e quando chegava ao
223 plano de ação, fazia se rápido e não se discutia muito, são ações e prazos impossíveis de serem
224 executados. Atribui isso ao tempo de contratação da empresa e o tempo que ela fica parada
225 no diagnóstico e prognóstico e chega à ação, não há discussão e é feito de forma rápida. A
226 sistemática é não deixar de ter o diagnostico e sim concentrar nas ações a serem executadas.
227 Podem ser incorporados os programas que estão existentes na Bacia, pode montar-se o grupo
228 de trabalho no GD7, para discutirmos a melhor maneira de incorporar as ações, metas.
229 Lourdes se compromete a sentar e conversar sobre as ações a serem implementadas na Bacia,
230 pode montar um Grupo de Trabalho para discutir essas questões para acrescentar ao Plano.
231 André (Presidente) destacou que se deve fazer o plano funcionar e que o levantamento do
232 Grande Minas vai ser utilizado no Plano Diretor, foi dinheiro público que foi levantado, foi
233 gasto, para trazer dados e temos uma grande parte se não todo o diagnóstico. A nossa meta é
234 fazer funcionar, e não se admite sair do mandato sem realizar nada, o comitê tem que fazer
235 isso funcionar. Lourdes (IGAM) continuou esclarecendo que tudo que vai ser custeado pelo
236 valor da cobrança será decisão do Comitê. É elaborado o plano de ação plurianual (PAP) ele é
237 durante quatro anos, quem elabora o PAP é o Comitê de Bacia, onde decidem quais ações
238 serão desenvolvidas, qual valor será aplicado. Então é elaborado um cronograma de ações,
239 com valores e com prazo de quatro anos para ser executado. O órgão gestor, IGAM, apoia o
240 comitê nessa elaboração das ações e do que vão ser executados. André (Presidente) agradeceu
241 a presença dos alunos do curso de engenharia ambiental da UEMG. Maria de Lourdes (IGAM)
242 prosseguiu comentando que o plano de ação é o plano Diretor da Bacia Hidrográfica, ele
243 chama plano de ação porque ele foi feito no âmbito do plano federal. Tem-se a Deliberação
244 54/2017 do CERH, que diz o seguinte, até a publicação dessa deliberação, os planos de ação
245 que estão em desenvolvimento e os elaborados são planos diretores de recursos hídricos. A
246 partir da publicação não são mais, então como ela foi publicada e o plano de ação que estava
247 em andamento ele é um plano diretor de recursos hídricos, quando for atualizar ele não irá
248 chamar mais plano de ação e sim plano diretor de recursos hídricos. Conselheiro Célio Bertelli
249 (PROBRIG) cedeu o tempo que seria para a apresentação por parte deles, para mais
250 esclarecimentos do Plano diretor, em função da dificuldade em transmitir as imagens, e assim
251 prejudicando a apresentação deles, solicitou um cuidado antes de marcar o local averiguar os
252 equipamentos e qualidade de projeção, para não haver prejuízos nas apresentações. Lourdes
253 (IGAM) informou que todos os conselheiros irão receber além do Plano em si o documento
254 que é o Plano de Ações que são descritas todas elas. Serão identificadas quais as ações estão
255 faltando e o local onde serão implementadas. André informou a existência da Câmara Técnica
256 CTIL, onde Sônia (IGAM) faz parte e mencionou que como a Lourdes já veio substituindo-a
257 nada mais certo que ela faça parte, qualquer formação de ação direcionada a CTIL já configura
258 um GT enxuto para dar andamento nas análises do Plano Diretor. Lourdes (IGAM) esclareceu

259 que esta sendo discutido no IGAM a questão de Outorga de lançamento de efluentes, a
260 importância do enquadramento, a questão de otimização da fiscalização, em relação a
261 cobrança foi montado um GT que se reunirá e discutirão a implementação da cobrança.
262 Paralelo a isso discutirão a Agência. André (Presidente CBH GD7) fez um adendo que o IGAM
263 pode ser agencia que existe instrumento legal para isso. Lourdes ressaltou que as agencias,
264 com a dificuldade de custeio, conforme a lei 9433 onde fala que dos 100% dos recursos da
265 cobrança 7,5% é para custeio com aluguel, energia, funcionários e afins e o restante para
266 desenvolvimento de projetos. Porém 7,5% não são suficientes para custear as agencias e os
267 técnicos. As agencias estão ineficientes, com poucos técnicos para desenvolver os programas,
268 a capacidade operacional das agencias está reduzida. Chega à questão de ter recurso e não ter
269 condições de implementar os projetos. É uma questão de discussão, em uma reunião da
270 CTPlan muitos conselheiros falaram que o IGAM tem que ser agencia, então talvez pode
271 acontecer, para isso precisará estruturar o órgão, ter concursos. André mencionou a presença
272 dos conselheiros representante do SAAE na Assembleia Legislativa MG, onde conversaram
273 com o Coronel Sandro, que demonstrou sensibilidade à questão dos recursos hídricos e entrou
274 em contato, recebeu bem o comitê. É interessante colocar isso para se tornar uma coisa
275 legislativa, essa ideia de reestruturação não fique apenas na intenção. Lourdes colocou-se a
276 disposição dos conselheiros para complementações ao Plano diretor. André agradeceu a
277 presença e proatividade de Lourdes em representar o IGAM e nos fornecer a peça técnica que
278 é o Plano Diretor. **Item 08 – Síntese da participação na Audiência Pública na Assembléia**
279 **Legislativa de Minas Gerais sobre uso múltiplo do Lago de Furnas – Estabelecimento de cota**
280 **mínima (762) para o Lago de Furnas, realizada em 13 de maio de 2019 em Belo Horizonte.** –
281 André continuou com a pauta, comentando sobre sua presença na Assembleia Legislativa de
282 MG, como sindicato de Furnas onde há o interesse político direto sobre o que acontece no
283 Lago de Furnas, e como Comitê, afetado pelas tratativas políticas sobre a vazão do Lago de
284 Furnas e estabelecer aproximações. O interessante é que eles querem levar esse assunto para
285 âmbito federal, foi bastante robusto e quer procurar todos os órgãos envolvidos, ANA, ANEEL,
286 NOS, FURNAS, todos os responsáveis por essa tratativa para que determine essa cota mínima
287 que é de 762. Estudando e conversando sobre o assunto, percebe-se que desconsideraram o
288 SISEMA, os Comitês nessa discussão, pois é um conflito pelo uso da água. Não há a
289 necessidade de ir ao Congresso Nacional, nem ANA, nem ONS. É só propor um processo de
290 resolução de conflitos pelo uso da água. Isso é atribuição do CBH Grande Federal, se delimitar
291 uma cota mínima para o Lago de Furnas, ela vira uma deliberação normativa, a ANA tem que
292 seguir, ONS tem que seguir e FURNAS. Segundo a empresa FURNAS, uma cota mínima de 762,
293 saindo de 750 tem 12 m de diferença, terá 85 milhões/ano de reais gastos a mais em todo o
294 sistema elétrico interligado, pois ira haver a necessidade de contratação de energia
295 termelétrica. Alexandre (FURNAS) ressaltou ser um assunto complexo, quando chegar à cota
296 762 na teoria é fechar a torneira, não tem água passando para baixo, então resolve um
297 problema ambiental, político, mas o reservatório é uma caixa d'água que regula toda a bacia
298 do Rio Grande, então nada mais coerente que tratar no federal porque todos os comitês, tanto
299 de Minas e São Paulo estão lá. Porque vai faltar água para baixo. Chegar à cota 762 e a usina
300 não poder baixar implica em várias cidades que estão a jusante da usina que irão sofrer o
301 impacto. Teve um ano que estava com 40% do reservatório e a ONS pediu para abrir o

302 vertedouro e questionamos então o reservatório foi feito há 60 anos, ele foi feito para regular,
303 tem que envolver ANA, ANEEL, ONS e CBH Grande Federal, sem esses atores não tem como
304 solucionar. Laene (FIEMG) sugeriu que se pode fazer um encaminhamento para o deputado,
305 para a ALMG, para que oriente na questão de abastecimento das usinas para baixo, pois será
306 um impacto geral. Não pode somente o turismo, é uso múltiplo. André (Presidente CBH GD7)
307 salientou que é uma questão que esta sendo tratada de forma política e precisa ter um
308 conhecimento técnico maior. Alexandre (FURNAS) esclareceu a respeito da vazão mínima, a
309 usina tem que ter uma geração que garanta no mínimo o nível de água passando, que é a
310 vazão sanitária. A abertura de vertedouro é de 4000 m³. André (Presidente CBH GD7)
311 comentou que a ênfase em questão era que antigamente era um malefício, causou ruptura de
312 famílias, muitos transtornos para a região e hoje muitas pessoas que podem usufruir dos
313 benefícios não estão sendo beneficiadas, pessoas ligadas ao agronegócio, turismo enfatizaram
314 isso. Laene (FIEMG) sugeriu encaminhamento para a CTIL e encaminhar para Assembleia.
315 André (Presidente CBH GD7) propôs o encaminhamento desses dados em que a preocupação é
316 que essa cota 762 não traga impactos negativos sobre a nossa Bacia, que isso seja resolvido no
317 âmbito do Comitê Federal, envolvendo ANA, ANEEL, ONS e outras empresas envolvidas com
318 despachos em reservatórios na Bacia. **Item 09 – Síntese da participação no 59ª Fórum Mineiro**
319 **de Comitês de Bacia Hidrográfica, realizado em 14 de maio de 2019 em Belo Horizonte.** -
320 André (Presidente CBH GD7) foi sucinto e destacou que no Fórum Mineiro foram debatidos
321 vários assuntos, inclusive a modelagem institucional e racionalização do sistema para gerar
322 resultados mais efetivos da política nacional dos recursos hídricos, há uma preocupação do
323 IGAM de reformular essa política estadual de recursos hídricos e estabelecer uma nova
324 modelagem e o ponto de destaque é trazer algumas fusões dentro do Estado de Minas Gerais.
325 Entre RG's e UEG's, regiões e unidades estaduais de gestão. Lourdes (IGAM) esclareceu que há
326 o pensamento na efetividade dessas regiões, e que o Plano Estadual dos Recursos Hídricos, foi
327 elaborado em 2010, e aprovado em 2011, trouxe uma nova composição nas unidades de
328 planejamento de gestão, nele foi analisado diversos dados, econômicos, sociais, técnicos onde
329 se chegou na formação de 36 unidades de planejamentos de gestão, e tem se pensando na
330 dificuldade de gestão dessas 36 UPGH's, todo o IGAM fez uma nota técnica, foram analisadas
331 todas as áreas, monitoramentos, outorgas, enquadramentos, como estão os comitês, quantos
332 membros, quantas entidades se repetem, então no plano as unidades de gestão de 36
333 passariam para 14 unidades. Esse estudo foi feito, foi encaminhado para o CERH, mostrando o
334 intuito de otimizar, apresentando uma remodelagem de acordo com o plano. Então foi
335 encaminhado para a CTPlan que é a Câmara Técnica, houve uma reunião e vai ter outra dia 18,
336 onde os conselheiros acharam interessante, e a primeira pergunta foi só sobre se irá juntar os
337 comitês. A proposta não é juntar os comitês, a proposta é sobre gestão. No momento não é
338 conversado sobre juntar os comitês. Primeiro é a unidade de gestão que será discutida. Na
339 reunião da CTPlan vão ser discutidas as propostas que serão encaminhadas, pois há várias
340 propostas que serão encaminhadas. Esta sendo pensado nas unidades de gestão e com isso
341 tornas os planos mais executivos. Depois que pensar nos instrumentos de gestão ai irá ver se
342 há necessidade de juntar comitê, trabalhar no arranjo institucional, de criar comissões
343 setoriais. Há várias propostas, na proposta do Plano Estadual o GD7 e GD8 seriam juntos.
344 Depois que a CTPlan fechar uma proposta será levado para aprovação, então será rápido, há

345 necessidade de fazer. Laene comentou no entendimento deles seria diferente, seriam
346 divididos em 8 unidades, porque tem as marcações em preto? Lourdes (IGAM) explicou que
347 tem 2 divisões que o Plano fez as unidades de gerenciamento e as unidades de gestão, mas o
348 que esta sendo conversado são as 14 unidades, GD7 e GD8, GD3, GD4, GD5 e GD6 e GD1 e
349 GD2 nesse caso. Na CTPlan já falaram que deveriam ser 1 só. O Robson fez o estudo na
350 questão participativa e viu como se repete os conselheiros. No início não esta discutindo
351 comitê, só as regiões. André (Presidente CBH GD7) perguntou sobre as alterações que estão
352 sendo feitas na CTPlan, se há nesse comitê uma contribuição em se posicionar em relação a
353 um ou outro formato, se isso ajuda ou é indiferente? Lourdes (IGAM) disse que tem que ser
354 articulado com a CTPlan, que vai ser apresentado contribuições dos conselheiros, já há 5 ou 6
355 que disseram que iam encaminhar uma nova proposta, até já haviam 3 propostas
356 encaminhadas. Se o comitê tem uma proposta, poderia ir à reunião do dia 18 ou encaminhar
357 para o IGAM. André (Presidente do CBH GD7) comentou que o Fórum Mineiro ficou de ser
358 representado na CTPlan, e no grupo do Fórum há movimentações no sentido de fazer alguns
359 encaminhamentos. O arranjo institucional sobre ter o IGAM como agencia, os comitês como
360 órgãos consultivos e deliberativos das agencias, é algo mais simples, direto, objetivo e até mais
361 transparente para a população, e assim vai ter uma organização melhor. Lourdes (IGAM)
362 comentou que esta aparecendo essa questão do IGAM ser agencia de uma forma mais forte
363 nessa remodelagem, irá ser aprofundado com as propostas que serão apresentadas na CTPlan.
364 Laene (FIEMG) questionou nessa questão de gestão qual é mais viável para o GD7,
365 acompanhar o GD8 ou o GD6 e GD3. Vai dividir em área de gestão, vai ser melhor puxar para o
366 GD8 ou pro GD6 onde tem lago de Furnas, onde temos mais impactos, tem mais haver com
367 nossas questões que o GD8. Pedro (SAAE) comentou que o GD7 tem 22 cidades já é um
368 montante bom para trabalhar, de repente se for unir com o GD8, onde vai ser as reuniões, o
369 nosso deslocamento vai ser mais difícil, vai ficar tumultuado, muita gente, muitas cidades.
370 Lourdes (IGAM) explicou que do jeito que esta não vai continuar. O CERH já decidiu que vai
371 alterar. Agora esta sendo tratado como vai ficar, vai ser no mínimo 14 unidades, e tem gente
372 pensando em 7, 8. Pedro (SAAE) perguntou qual a intenção disso, de reduzir os GD's? Lourdes
373 (IGAM) respondeu que é a otimização dos custos, planejamento, são muito próximos, muito
374 parecidos, há muito gasto de recurso, poucos servidores, se houver planejamento conjunto,
375 otimiza os recursos, humanos e financeiros, mas não esta sendo discutido redução de
376 comitês, junção de comitês. Pedro (SAAE) comentou que na realidade o que esta acontecendo
377 é isso, não estão discutindo, mas vão reduzir os comitês, querem reduzir gastos. André
378 (Presidente CBH GD7) frisou a questão de gestão, a articulação dos comitês em reuniões, as
379 ações que o comitê faz interno para deliberar e discutir não vai mudar, porque se não fundir os
380 comitês, deixar eles estabelecidos do jeito que estão constituídos eles continuam se reunindo
381 do mesmo jeito, mas em suas regionais. O que acontece é a gestão integrada do GD7, com
382 eventualmente GD8 OU GD6. Todas as discussões referente a bacia continuarão sendo feita do
383 jeito que estão constituídos, até inclusive o mapa continua delineando os comitês. Informou o
384 envio dos arquivos e apresentações pelo whatsapp, e continuou esclarecendo que a gestão
385 dos recursos hídricos que será integrada as UEG's. A filosofia do sistema é tornar local, por
386 exemplo, o poder público de Cássia ter condições de se colocar no comitê e para isso ele tem
387 que ser mais local e menos central, então não faz sentido para a política publica dos recursos

388 hídricos ficar centralizado se ela quer ter a participação dos segmentos, senão existiria só um
389 conselho que seria o estadual. E só ele decidiria e deliberaria, e ser ouvido por esse conselho
390 seria muito mais difícil. Lourdes (IGAM) reforçou que fizeram um relatório técnico e essa
391 apresentação é o relatório que foi feito com relação a todos os instrumentos e a receptividade
392 no CERH e CTPlan foram boas. André (Presidente CBH GD7) destacou a questão dos conflitos a
393 respeito do uso da água que vem de encontro exatamente com a questão que a ALMG discutiu
394 no dia anterior sobre a cota 762 do Lago de Furnas, então é praticamente um mapa de como
395 resolver a questão do conflito pelo o uso múltiplo. É uma proposta interessante, foi feito um
396 estudo bem feito, é interessante como o poder público, a sociedade civil, usuários muitas
397 vezes não lançam mão desses instrumentos, sobre solução de conflitos para que estabeleça
398 economicamente. Frisou a questão do arranjo institucional, defendendo o IGAM como agência
399 e os comitês como órgãos dessa agência e as ações consorciadas, como por exemplo, a
400 utilização da AMEG, da ALAGO aqui em nossa região para implementação na nossa política
401 publica em relação a recursos hídricos e resíduos sólidos. É uma preocupação desse comitê de
402 interferir nessa questão de resíduos sólidos para regularizar esses lixões, aterros sanitários.
403 Foram realizadas duas reuniões no intuito de viabilizar o tratamento dos resíduos sólidos de
404 forma correta ecologicamente e economicamente viável para contribuição com a Prefeitura de
405 Passos. Foi apresentado o projeto da termoelétrica de Boa Esperança, que tem capacidade de
406 1 MEGAWATTS, gera energia a partir do resíduo sólido. Tem-se uma saída econômica para o
407 resíduo sólido, consome com o lixão existente, com todo o passivo ambiental que é gerado
408 pelo lixão, se o município não quiser fazer a usina, devido ao custo que fica na ordem de 25
409 milhões de reais, ela pode fabricar o CDR, se ela instituir a política de resíduos sólidos
410 conforme a legislação, e tiver a reciclagem, a destinação adequada dos materiais e a fabricação
411 do CDR, ela pode vender esse material ou destinar de maneira adequada. Grande parte do
412 problema do poder público municipal é custear a coleta e a destinação desse resíduo. A
413 destinação econômica do resíduo sólido resolve dois problemas, o do próprio saneamento
414 básico urbano e rural, e o dos recursos hídricos, que é a questão do impacto que sofre na
415 destinação inadequada. André comentou que tem articulado com pessoas que conhece sobre
416 isso e que seria positivo para o comitê e para todos. Laene (FIEMG) perguntou se irá aguardar
417 a questão das definições da CTPlan do comitê esta mais próximo do GD8 ou GD3? André
418 (Presidente CBH GD7) opinou que isso não há um impacto no primeiro momento, que pode se
419 esperar, mas deixou aberto para opiniões contrárias e manifestações sobre esse assunto.
420 Continuou informando que foi falado no fórum sobre o ENCOB, encontro nacional, a data foi
421 alinhada para outubro, repassou o convite aos demais conselheiros. Laene (FIEMG) comentou
422 que já foi no encontro e que é muito produtivo, uma troca de experiências muito válida. André
423 (Presidente CBH GD7) comentou que houve apresentação do ProfÁgua, um programa de
424 mestrado voltado para a gestão dos recursos hídricos, é um programa instituído em algumas
425 universidades do Brasil, onde são selecionadas através de um edital e critérios que envolve
426 estrutura física, acadêmica, formação. São professores abnegados, que trabalham
427 voluntariamente, o programa para ter um custo mais reduzido prioriza esse tipo de perfil. **Item**
428 **10 – Informes Gerais** – Laene iniciou informando sobre o Seminário de Segurança de
429 Barragens uma iniciativa do CBH Grande, acontecerá no dia 26 de junho na cidade de Ribeirão
430 Preto -SP, onde iriam discutir sobre as barragens da região. O ofício enviado para Furnas ainda

431 está sendo aguardada a resposta da empresa. Sobre o projeto de tratamento de esgoto do
432 município de Ibiraci, André (Presidente CBH GD7) comentou encaminhou um email para a
433 SAMA e PROBRIG com cópias para os membros do comitê da COPASA, onde o Flávio
434 respondeu da seguinte forma, a COPASA realizou a licitação dos projetos, a empresa SANAC já
435 esta providenciando a visita técnica do sistema e a topografia necessária para
436 desenvolvimento do projeto. Laene (FIEMG) informou que haveria a reunião do GT em
437 Capitólio no dia 14 de junho, será a primeira reunião do GT de cobrança, os assuntos seriam
438 sobre modelagem de cobrança que já existem. Suelen (SES) informou que a conselheira Alice
439 (EMATER) sugeriu trazeremos o palestrante Dr. Alonso de Campinas, e Laene sugeriu o
440 responsável da vigilância de saúde de Pouso Alegre, para palestras sobre as questões
441 envolvendo o uso de agrotóxicos, visto que houve alguns dados informados na mídia sobre a
442 presença de diversos agrotóxicos na água em nossa região. Laene (FIEMG) esclareceu que esta
443 questão foi um alarde, e isso trouxe pânico que não precisava, o assunto deve ser discutido,
444 mas não da forma que foi colocada nas redes sociais. Ronaldo (SAAE) esclareceu que foi
445 vinculado que cada 10 cidades brasileiras 4 estavam contaminadas com limites acima de
446 agrotóxicos. Esses dados foram extraídos do SISAGUA, sistema nacional, mas foi analisado os
447 dados internos dos últimos 20 anos, chegando a uma conclusão na consolidação desses dados.
448 Esclareceu que não são as empresa de saneamento que lançam dentro do programa esses
449 dados, eles são passados para a Secretaria Municipal que passa para a regional de saúde e
450 depois são lançados e nessas inserções onde se fala em agrotóxicos a maioria dos aparelhos
451 que as empresas acreditam que fazem essas análises não consegue uma forma que zere esse
452 quantitativo, exemplo, se um parâmetro que seria de 0 a 10, esta medindo de 1 a 10 e quando
453 não é detectado não podemos colocar como zero, coloca menor que 1. Problema de escala, o
454 pessoal que pegou os primeiros dados não consolidados inseriu na mídia, no caso todos os 27
455 parâmetros que analisamos de agrotóxicos estavam com os resultados acima do permitido.
456 Ronaldo informou que o SAAE esta tentando explicar essa situação, já foram na Câmara
457 Municipal de Passos e São João Batista do Glória, o MP foi provocado, esta coletando água em
458 todo o Estado de Minas Gerais para comprovar e periciar as informações. Suelen (SES)
459 informou que a Secretaria Estadual de Saúde quando tiver informações sobre esse
460 levantamento será repassado a todos. Sobre o palestrante, será necessário busca-lo em
461 Campinas, caso algum conselheiro tiver disponibilidade, será interessante trazê-lo para mais
462 esclarecimentos sobre o assunto. André se disponibilizou, perguntou a Lourdes (IGAM) se teria
463 a possibilidade de custeio, Lourdes solicitou que oficializasse o pedido de custeio para ser
464 analisada a possibilidade. André ressaltou a conversa sobre capacitação, onde os municípios
465 muitas das vezes disponibilizam funcionários comissionados, e troca à gestão esse funcionário
466 sai e os municípios perdem a capacitação. Sobre o calendário para a reunião do dia
467 09/08/2019 em Itaú de Minas, na fabrica da Votorantim Cimentos. André franqueou a palavra
468 para mais comentários aos conselheiros. Alexandre (FURNAS) informou que a empresa de
469 FURNAS já realizou 3 reuniões sobre a barragem com os municípios potencialmente atingidos
470 e informou que no dia 13 de julho iria acontecer mais uma reunião sobre esse assunto,
471 convidando a todos a participar da reunião que aconteceria na Usina de Furnas. Não havendo
472 mais comentários, André agradeceu Lourdes, Prefeitura de Cássia, Câmara Municipal de Cássia
473 e vereadores pela presença e paciência. A Vice Prefeita Conceição Aparecida agradeceu ao

474 presidente e membros do CBH GD7, e todos que contribuíram e ajudaram nos
475 esclarecimentos, parabenizou o comitê pelo trabalho. André agradeceu e finalizou a reunião.

476 André Luiz Rodrigues

Laene Fonseca Vilas Boas

477 Presidente CBH GD7

Secretária CBH GD7